

Amaral Netto prega extinção do Senado

“Sou totalmente favorável à extinção do Senado” — disse o líder do PDS, deputado Amaral Netto, justificando que adotou essa posição após constatar que os senadores bombardeiam os compromissos assumidos, “por mais importantes que sejam”, e “não colocam os interesses do legislativo acima dos seus próprios”.

Em reunião promovida na casa do presidente do Senado, José Fragelli, com todos os líderes, os senadores haviam concordado em dar prioridade total à Constituinte sem funcionamento pleno da Câmara, do Senado, do Congresso e, conseqüentemente, das comissões técnicas. Mas, depois, segundo Amaral Netto, voltaram atrás, porque achavam que perderiam poderes e cargos.

Amaral Netto disse ainda que por causa disso passou a fazer oposição ao Senado. Ele acha que poderá obter apoio para a tese da extinção, na Constituinte, porque bastarão os votos da maioria absoluta (metade mais um dos 559 constituintes) para a aprovação de um projeto.

Recondução

O líder do PDS, deputado Amaral Netto, defendeu ontem a recondução do deputado Ulysses Guimarães à Presidência da Câmara. Acha que “não há qualquer inconveniente político nisso” e não há qualquer impedimento legal. Amaral Netto disse que não tem compromissos com o presidente do PMDB quanto à acumulação do cargo de presidente da Câmara com o de presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

O líder pedessista comentou, sobre Ulysses Guimarães:

“Sempre lhe dei meu apoio, e nunca aceitei nada que ele pôs a minha disposição. No meu entender, a recondução dele à Presidência da Câmara será importante para o momento atual da vida brasileira: é o homem mais importante nesse processo. Lutou 20 anos e foi quem menos teve. Trabalhou e viveu para isso tudo que está aí.”

Amaral Netto assinalou que nada impede a recondução de Ulysses. Trata-se de nova legislatura e, portanto, será uma nova eleição para a presidência da Câmara, o que atende ao preceito constitucional e ao regimento interno da Casa.

Comentou ainda que entende como seu dever bancar uma “oposição confiável”, que definiu como algo “contra o Governo, não contra o regime”. E exemplificou com a greve, na sua opinião um direito do cidadão, desde que assegurado também o direito daqueles que querem trabalhar. “Depredação, violência e quebra ao regime não contam com o PDS” — concluiu.